



RESUMO EXPANDIDO

POSSIBILIDADES DE RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO

Geronildo Ramos Pereira¹, Ana Nery Oliveira Brito²

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ XI), Pós- Graduando em Educação do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano- *Campus Serrinha*), Poeta Cordelista, Membro do Grupo de Pesquisa (EPODS/UNEB), e-mail: nildo_ramos@hotmail.com; ² Graduação e Mestrado em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Pós- Graduando em Educação do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano – *Campus Serrinha*), e-mail: neinhacoite@hotmail.com.

Palavras-chave: Estado; Movimentos Sociais; Educação do Campo;

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva discutir possibilidades de relação existentes entre o Estado, os Movimentos Sociais e a Educação do Campo no cenário contemporâneo, uma vez que se presencia uma falta de diálogo entre estes espaços, que conseqüentemente os distancia para a realização de um projeto de educação mais consistente, que considere os sujeitos do Campo, suas experiências, saberes. É importante dizer que, este estudo surge, a partir da disciplina de Movimentos Sociais, no curso de Educação do Campo, IF Baiano, Serrinha, e daí a necessidade de um aprofundamento acerca da temática em questão.

A Educação do Campo, construída num espaço de lutas dos movimentos sociais e sindicais, está voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente e da cultura do campo, desenvolvendo ações coletivas com a comunidade numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Os movimentos Sociais surgem a partir da luta dos trabalhadores do campo, que tem como meta principal, a construção de educação que considere a sua realidade, seu cotidiano, valorizando os diferentes grupos identitários e a sua produção da existência, que pressiona o Estado a cumprir seu dever. O Estado por sua vez, neste contexto, aparece de forma tímida e superficial, abrindo poucos espaços para diálogo com esses movimentos organizados, pelo fato de se tratar de um assunto que não o interessa, porém, quando dialoga, objetiva desenvolver uma educação do campo do seu interesse, não contextualizada a realidade deste espaço, impondo suas metas de maneira vertical.

É necessário se pensar numa relação harmoniosa entre tais segmentos, de diálogo aberto, e de extrema relevância, pois, fazer Educação do Campo não é tarefa fácil, sendo preciso o comprometimento tanto dos movimentos Sociais quando do Estado, num processo de escuta e de busca de ações concretas cabíveis.

MATERIAL E MÉTODOS



A elaboração desta escrita foi desenvolvida por intermédio do método qualitativo, em que a partir de leituras e análises bibliográficas, nos debruçamos em artigos científicos, teses, decretos e livros que abordam sobre o tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A negação de políticas públicas para as populações do campo é histórica e está associada a um quadro de exclusão amplo não restrito apenas à educação, pois a sociedade brasileira tem fortalecido uma concepção de campo como espaço de atraso, de falta de conhecimento. O que vemos é a ausência de políticas públicas que garantam o desenvolvimento do campo, sendo preciso, urgentemente destas, para romper com o processo de discriminação do campo, fortalecendo a identidade cultural do campo.

Conforme MEC/SECAD (2005), sobre essa questão, evidenciamos que “Constata-se, portanto, que não houve, historicamente empenho do Poder Público para implantar um sistema educacional adequado às necessidades das populações do campo. **O Estado brasileiro omitiu-se:** (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas para as escolas do campo; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola com qualidade; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo”. (MEC, SECAD, 2005).

Nessa perspectiva, constata-se que as políticas voltadas especificamente para a educação do campo, não vêm atendendo aos interesses de seus destinatários e nem cumprindo com a sua função social educativa de socializar o conhecimento acumulado pela humanidade, destacando o papel do Estado como principal responsável na garantia do direito a educação.

Em virtude dessa ausência, em não atender as demandas dos sujeitos do campo, sofridos pelas negações, neste contexto, têm surgido iniciativas da própria população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, e tentar construir uma identidade própria das escolas do campo, que compreenda a educação enquanto formação, sobretudo humana, como descreve a autora Caldart (2004, p. 19-20), ao dizer que “O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no e do campo”.

Vemos nesse sentido que, ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência camponesa, construídas pelos movimentos sociais populares organizados, os quais se debruçaram/debruçam na luta incessante, na tentativa de garantir espaços e direitos, visando afirmar sua identidade e autonomia.

Freire (2011, p. 31), afirma que é dever tanto do espaço escolar como do educador, atentar para a necessidade de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das camadas populares, chegam até a ela, os saberes socialmente construídos pela prática comunitária, discutindo com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

É necessário discutir realidades concretas dentro do contexto dos educandos, pois, aproveitando os conhecimentos destes, entenderemos que os descuidos por parte do poder público, para reflexões ou mesmos



resoluções, muitas das vezes tornam-se tímidos. Os segmentos sociais e as classes minoritárias agem por intermédio de sua racionalidade, e ampliam sua criticidade, edificando e reconstruindo saberes aprimorados, no saber da comunidade, que são inventados, ressignificados na busca inquieta, que os seres humanos fazem do mundo, com o mundo e com os outros.

CONCLUSÕES

Diante das reflexões estabelecidas, se formos pensar em traçar ou implementar a educação no/do campo em nosso país, todos os envolvidos terão que ter consciência em que consiste a Educação do Campo, ou seja, os movimentos sociais terão sim que se fazer presente, a fim de dialogar com a esfera pública de governo porque será somente a partir dessas ações, com a participação dos que realmente conhecem a especificidade do campo, é que haverá uma construção coletiva, coerente e condizente com a realidade campesina, e mesmo que a Educação do campo esteja em processo de constituição histórica, afirma-se como luta social pelo direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

CALDART, R.S Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2 ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.